



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS ASSOCIAÇÕES
DE DEFESA DO AMBIENTE

PLANO DE ATIVIDADES 2025 DO PROGRAMA DE MANDATO PARA O TRIÉNIO 2024-2026

O Plano de Atividades para 2025 do Programa do Mandato para o Triénio 2024-2026 pretende dar continuidade aos planos aprovados em anos anteriores e estão de acordo com os Estatutos e com a missão da CPADA. Parte deste programa encontra-se justificado no Relatório de Atividades de 2024.

Assim, para 2025 e 2026, pretende-se:

1. Alargar a intervenção da CPADA junto da opinião pública, comunicação social e instituições públicas e Governo sobre os principais temas da política de ambiente e políticas relacionadas emitindo posições, pareceres e comunicados sempre que tal seja pertinente ou no âmbito da sua representatividade, ouvindo as confederadas.
2. Reforçar o papel da CPADA como parceiro social nomeadamente junto dos órgãos representativos do movimento associativo como no Conselho Económico e Social (CES).

A CPADA tem feito parte dos conselheiros do CES desde há décadas, cada vez mais com uma posição e um contributo integrante para os documentos e representações deste organismo junto do Governo e das organizações.

Durante as últimas representações a CPADA teve um papel fulcral na preparação de diversos documentos, como o Parecer do CES sobre a Lei Bases do Clima e outros contributos relevantes, tendo levado a que fosse escolhida para fazer parte da delegação dos 20 conselheiros que participam regularmente nas conversas com o senhor governador do Banco de Portugal.

Estamos cientes do bom trabalho da CPADA, agora injustamente como suplentes, continuaremos a colaborar com dedicação e a promover a sustentabilidade na génese das políticas nacionais, bem como da possibilidade de melhorar esta representação ainda mais, com o contributo e a partilha envolvendo todas as associações de representação nacional assim como todas as associações confederadas, porque Portugal constrói-se com a ajuda de todos.

3. Continuar a divulgar o trabalho das ONGA confederadas e apoiar o desenvolvimento de uma rede ou processos de intercâmbio entre as ONGA e outras organizações.
4. Melhorar a organização interna com vista a uma divulgação de informações mais expedita e respostas mais céleres.
5. Procurar novas fontes de financiamento a médio e/ou longo prazo.
6. Criar grupos de trabalho temáticos que apoiem o Conselho Executivo e as representações da CPADA em organismos públicos.
7. Promover parcerias e redes de colaboração entre as ONGA e outras organizações interessadas, de forma a incrementar atividades nos âmbitos de ação das associações nas áreas do consumo responsável, mobilidade suave e promoção dos transportes coletivos, agricultura biológica, proteção dos animais, preservação cultural, descarbonização, sensibilização ambiental, gestão patrimonial e de outras temáticas que sejam consideradas prioritárias e relevantes para a agenda da CPADA.
8. Continuar a apoiar a Campanha Nacional de Informação e Sensibilização “O futuro está na sua mesa. Com a folha verde” organizada e promovida pela AGROBIO, com sessões de esclarecimento, ações de formação e jornadas técnicas descentralizadas por diversos pontos do país.
9. Propõe-se, através da SOS AMIANTO, ajudar a potenciar o desenvolvimento e crescimento do tema da sustentabilidade a nível nacional, numa ótica de inovação e desenvolvimento social e ambiental, através da capacitação das associações confederadas para estes temas, promovendo o conhecimento e a divulgação da informação a todas as associações.
10. Organizar o Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente (ENADA) e a sessão pública de entrega dos Prémio Nacional de Ambiente e Prémio Carreira.
11. Apoiar e publicitar, nos meios ao alcance da CPADA, as atividades das associações membro.
12. Continuar a aplicar o regulamento de representações das ONGA e Equiparadas em organismos públicos de acordo com o protocolo que delegam as competências, assinado com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA).
13. Promover a edição de um Livro de Entrevistas com as perspetivas de figuras como o Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Ministra da Agricultura e da Alimentação, Ministra da Justiça, Presidente da Associação de Municípios, presidentes dos principais Partidos, constitucionalista Jorge Miranda, deputados europeus, etc.

- 14.** Organizar um workshop de ambiente para profissionais de jornalismo através da realização de sessões temáticas sobre assuntos e questões relacionadas com as áreas que importam às associações confederadas, com o objetivo de trocar informações e aproximar os jornalistas do movimento ambientalista e das preocupações associativas.
- 15.** Criar o Museu do Movimento Ambientalista com o objetivo de apresentar à sociedade civil o facto do tema Ambiente ter história, trabalho e empenho de diversas pessoas que durante décadas assumiram a missão de melhorar as condições ambientais, fiéis aos seus valores e princípios. Pretende-se mostrar, de forma interativa e igualmente digital (por forma a ser igualitário também para a população que, por algum motivo, tenha dificuldade em visitar o museu), quais foram as diversas situações que mobilizaram estes movimentos, a evolução da situação portuguesa em matéria ambiental, assim como o presente e as perspetivas futuras. Procurar-se-á envolver a comunidade escolar e organizações de gestão local (como juntas da freguesia). O Museu deve ser preparado com o contributo de todas as pessoas que estiveram envolvidas neste movimento, bem como com a descrição daquilo que são e foram os contributos de todas as organizações para o desenvolvimento sustentável a níveis local, regional e nacional.
- 16.** Insistir na decisão do processo do pedido de atribuição do Estatuto de Utilidade Pública.
- 17.** Tentar regularizar as quotizações em atraso criando um critério de redução da dívida.
- 18.** Debater formas de promover o associativismo ambiental considerando que o número de associações no registo nacional RNOE tem vindo a diminuir nos últimos anos (passando de 140 a 110).
- 19.** Incrementar a execução de candidaturas ao financiamento de projetos relevantes para a missão da CPADA e que contribuam para a melhoria da sua autonomia financeira.
- 20.** Desenvolver parcerias estratégicas com organizações de outros sectores da política e sociedade, na perspetiva da melhoria do ambiente.
- 21.** Pedir nova audiência à Ministra do Ambiente e Energia para reforçar as propostas apresentadas para que o Fundo Ambiental possa financiar projetos e necessidades de comunicação das pequenas e médias associações e suportar custos de funcionamento no âmbito dos seus planos de atividades anuais, de acordo com o que está preconizado na Lei das ONGA e Lei de Bases do Ambiente.
- 22.** Organizar a realização de encontros e/ou reuniões descentralizadas com associações locais e regionais para partilha de problemas, preocupações e carências, tomando o pulso ao movimento associativo.

- 23.** Continuar a renovar e a atualizar a página web da CPADA e desenvolver a utilização das plataformas Facebook, X e Instagram.

13 de março de 2025

João Castanho

João Tenreiro

Alcides

Francisco Lourenço